

UMA BREVE INCURSÃO AO INTERACIONISMO SIMBÓLICO NA CIDADE

Wendell Marcel Alves da Costa¹

Resumo

O artigo apresenta uma discussão teórica sobre antropologia urbana e o interacionismo simbólico na cidade. Discuto sobre o conceito de sociedades complexas e a questão do patrimônio cultural e simbólico no contexto do urbanismo contemporâneo. O objetivo é realçar o fenômeno do urbanismo e seus espaços de representação para o desenvolvimento da interação simbólica na ordem do cotidiano. Destaco como os espaços públicos e fechados servem espacialmente para a representação social das pessoas pela prática da *caminhografia urbana*.

Palavras-chave: Interacionismo simbólico, caminhadas, patrimônio cultural, cidade.

A BRIEF RISE TO SYMBOLIC INTERACTION IN THE CITY

Abstract

The article presents a theoretical discussion on urban anthropology and symbolic interactionism in the city. I discuss the concept of complex societies and the issue of cultural and symbolic heritage in the context of contemporary urbanism. The objective is to highlight the phenomenon of urbanism and its spaces of representation for the development of symbolic interaction in the order of everyday life. I highlight how public and closed spaces serve spatially for the social representation of people through the practice of *urban walking*.

Keywords: Symbolic interactionism, walk, cultural heritage, city.

Introdução

A cidade é notadamente o lugar das representações sociais. Na cidade, os sujeitos investem socialmente em papéis sociais que mudam cotidianamente de acordo com os espaços sociais em que convivem com outros sujeitos. Embora os espaços de representação – escritórios, escolas, shoppings, parques, igrejas, estação rodoviária, aeroportos, enfim, casa e rua – se constituam como possibilidades de criação de narrativas e biografias de vida, alguns deles, como os espaços de representação privados, como shoppings centers, parques temáticos e aeroportos, revelam um arsenal simbólico específico ao lugar que o desenvolvimento de papéis exige das pessoas. É comum à vida cotidiana dos sujeitos que moram em grandes metrópoles passearem por trajetos entre fronteiras sociais, dos públicos aos privados, dos de trabalho aos de lazer. Sendo assim, os papéis sociais durante as representações sociais são fluídas e absorvem determinações socialmente engajadas nos lugares de construção das identidades.

Neste artigo busco problematizar o espaço público da cidade. Empreendo assim uma análise teórica baseada em estudos socio-antropológicos de envergadura filosófica sobre comportamento e prática social no contexto do espaço urbano. Assim, o diálogo aqui desenvolvido é baseado na prática/experiência urbana de caminhar, andar, passear, perder-se e errar a cidade, naquilo que desenvolvi como sendo nossas *lembranças viajantes* (COSTA, 2019a). Reconhecemos, entretanto, a importância de espaços privados – que se *passam* de público no sistema capitalista – como os shoppings centers, que apesar de estarem *dentro* da cidade, não constitui, para os fins deste artigo, num espaço de representação *real* dos sujeitos.

Nesse caso, essa proposição pode incorrer em análises situacionais ainda mais setorizadas, mas queremos afirmar com isso, assim, que os campos de atuação das pessoas na sociedade são dissidentes em relação ao espaço, ao tempo e às condições emocionais no momento da atuação.

Portanto, a perspectiva e o olhar se voltam para a representação de papéis sociais durante a interação social no cenário dos espaços públicos, que são democráticos, e reservam o que Lefebvre (2001) apresentou como de *ordem próxima*, que são as relações entre grupos de indivíduos em certos ambientes normativos. No seu entender, “a vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra *o urbano* não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia” (LEFEBVRE, 2001, p. 55) que a antropologia se engaja em desvendar. É desse entendimento de cidade, como um lugar do exercício da liberdade identitária fluída, que abordaremos a modernidade da cidade para além do que Williams (2011) bem definiu em análises da representação urbana: “solitários e isolados dentro da multidão”.

Essa acepção de cidade moderna não dá aos sujeitos o poder de gerenciar suas condutas e contatos no centro daquilo que a antropologia chama de *interação* – mesmo a falta da interação revela-se como uma força de coesão para negar ou rejeitar a interação; assim, “solitários e isolados dentro da multidão” condiz com o que quero retirar da sócio-antropologia interacionista: a interação como modalidade do exercício da liberdade no contato social entre dois sujeitos ou grupos em iminência dialógica do (des)encontro.

Para desenvolver esta perspectiva, o ensaio está dividido em duas bases. Primeiro, apresento a fenomenologia da cidade imaginária e do patrimônio cultural e arquitetônico para circunscrever as relações sociais na ambivalência do urbanismo: ao mesmo tempo em que impera suas forças de coesão, alicerçadas em processos contingentes da transformação da paisagem cultural, separa-os, os sujeitos, em

¹ Doutorando em Sociologia pelo PPGS da Universidade de São Paulo. Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Cientista Social pela UFRN. Associado da Sociedade Brasileira de Sociologia, Associação Brasileira de Antropologia e Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual. Integrante do Grupo de Pesquisa Linguagens da Cena: imagem, cultura e representação (CNPq). Bolsista do CNPq. E-mail: marcell.wendell@hotmail.com.

espaços desagregadores de comunicação pessoal na contemporaneidade. O tema da *caminhografia urbana* acompanha todo esse debate em torno da criação e imaginação da cidade, visto que é a partir das práticas e das vivências que o urbanismo evoca seus discursos. Esse processo cultural urbano, que leva os sujeitos a se trancarem em enclaves fortificados, fabricando verdadeiras cidades-fechadas (CALDEIRA, 2000), é a consequência direta do desenvolvimento da cidade, que gera desigualdades, medos, violências e segregações historicamente sujeitadas às políticas públicas urbanas. Segundo, debato o interacionismo simbólico elencando as transições possíveis da passagem da convivência aberta – nos espaços públicos – para a convivência fechada – nos espaços privados –, na tentativa de visualizar duas abordagens dos conceitos de casa e rua.

Estes atos teóricos, que serão breves e contemplativos, privilegiarão as pesquisas etnográficas urbanas que deram importância ao fenômeno urbano do caso brasileiro. No tempo deles, situo teoricamente o interacionismo simbólico dos sujeitos na cidade como um processo de prática e de *teste* das comunicações, das trocas e dos conflitos contemporâneos a partir do que Goffman perpetrou como espaços de representação – palco, cenário, atores, *self*.

Brevíssima entrada: *caminhografia urbana* e a gênese da cidade imaginária

A discussão sobre a prática de caminhar, perder-se e encontrar-se na cidade é antiga (BENJAMIN, 1987). Caminhar pela cidade, para pessoas que moram na cidade ou que estão visitando, é a modalidade mais comum para se locomover. Caminhar é explorar o espaço urbano e seus locais fronteiros, como as bordas entre bairros e parques que se associam aos momentos de socialização. A cidade não pode mais ser veiculada a determinações geográficas e econômicas, imperializando sentidos socioeconômicos definitivos, como é o caso da metrópole São Paulo (Brasil). A cidade paulista, como muitas outras, é o exemplo do território compartilhado, comum e, por vezes, dotado de um simbolismo aparentemente momentâneo, quando os grupos, em diferentes tempos, arrojam os parques, ruas, avenidas, becos, travessas e locais diversos, com seus códigos e condutas produzidas na representação.

Caminhografia urbana significa ler os espaços urbanos pela prática do olhar, sentir, desvendar e permanecer na cidade por um tempo em que se possa reconhecer as diferentes e profundas marcas culturais que cada rua, avenida, parque e bairro possuem. O aspecto de *caminhografia urbana* absorve a errância, porque além de referir-se ao fenômeno do movimento e das trocas substanciais da comunicação (verbal e não-verbal, ou seja, o corpo e a voz no espaço e no tempo presente), pode-se caminhar e perder-se na cidade na errância de encontrar ou reencontrar uma cidade perdida ou guardada nos *espaços significativos*.

“A experiência errática afirma-se como possibilidade de experiência urbana, uma possibilidade de crítica, resistência ou insurgência contra a ideia do empobrecimento, perda ou destruição da experiência a partir da modernidade” (JACQUES, 2012, p. 19), então a gênese da cidade imaginária é própria da experiência do movimento e do deslocamento das pessoas nas cidades. Como objeto antropológico, a errância na cidade imaginária é o reconhecimento do Outro, sendo o errante aquele “que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos” (JACQUES, 2012, p. 24). Na prática da errância, que não deixa de ser um corpo representando – contrariando aqui o que posta Jacques sobre a planificação dos não-errantes, como se a imaginação e o imaginário não fossem formas reificantes da errância no pensamento –, ocorre a gênese da cidade imaginária.

Cidade imaginária: temporalidades e espacialidades

Compreendo por cidade imaginária aquilo que a imaginação do espaço urbano concebe como o lugar das imaginações, das criações e das representações. A cidade não é um elemento concreto da *realidade*. O conceito de cidade imaginária tem em vista as expressões que as pessoas são capazes de realizar a nível de abstração – e as artes são potentes nesse processo de representação imagética do urbanismo. Por exemplo, uma rua é um *espaço infinito*: em um tempo pode revelar um acervo simbólico e imaginário para um grupo – para reuniões, festas, práticas específicas em contextos definidos –, enquanto que, em outro tempo, pode luzir em seus cantos e espaços minúsculos interações que do ponto de vista do senso comum são imorais, como o sexo em vias públicas. Becos, vielas, ruas estreitas, terrenos baldios, são alguns dos exemplos possíveis para o acometimento de interações imorais. Acerca disso o imaginário urbano revela como os espaços minúsculos da cidade, suas sombras e temperaturas quentes ou frias, esconde a leitura que os usuários do espaço urbano têm da cidade (COSTA, 2019b).

A rua é o reservatório total das fabulações dos sujeitos sociais, pois é criação temporal dos usuários, e espacialmente compreendida por sua geografia bem delimitada no campo. Para DaMatta (1997, p. 34), “cada sociedade tem uma gramática de espaços e temporalidades para poder existir como um todo articulado, e isso depende fundamentalmente de atividades que se ordenam também em oposições diferenciadas, permitindo lembranças ou memórias diferentes em qualidade, sensibilidade e forma de organização”. Dessa forma, a rua é uma imaginação temporal de *sistemas de instantes* (BACHELARD, 1988) que geram significações específicas para os seus praticantes, novamente, em tempos afetivos que se criam na ordem do cotidiano.

O cotidiano é um fenômeno da vida social. Nessa perspectiva, o cotidiano urbano é um fenômeno da modernidade, que se instaura na ordem do fluxo e da dinâmica urbana. Autores da sociologia clássica – como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber – inventaram formas de conceber e analisar a cidade moderna por meio da permanência dos fatos sociais existentes em seus tempos urbanos orgânicos (PEREIRA, 2017, 2018a, 2018b). Os trajetos, as práticas e os valores mencionados (in)conscientemente no bojo das interações são circunscritos às noções imaginárias que a representação da cidade oferece aos moradores e visitantes da cidade: o caminhar e o pensar, no espaço urbano, com prédios altos e pessoas quase sempre atrasadas, são direcionados segundo uma lógica definida pelos próprios usuários dos espaços.

Quando investigo a cidade por seus *espaços significativos*² de interação cotidianas, a rua e a avenida só para citar dois exemplos, refiro igualmente que o conceito de cidade é elaborado segundo alguns princípios de antagonismo racionalista de reflexão do mundo. Isso quer dizer que o desdobramento do conceito de cidade sofre em razão da antipatia com a imaginação intuitiva dos pensadores da metrópole.

Nas palavras de Certeau (2014, p. 161),

² *Espaços significativos* são espaços de grande potencial revelador do arsenal simbólico que as interações simbólicas podem criar na estrutura da cidade. *Espaços significativos* são ruas, avenidas, parques, prédios, centros, periferias e até bairros inteiros, que possuem, mediante as práticas neles existentes, referências absolutas das práticas urbanas. É claro que espaços não usuais, ou não utilizados, vazios e sem vivência, possuem um significado simbólico, pela falta de existência na vida das pessoas – é nesse entendimento que concebemos os espaços como instâncias de significado.

A organização funcionalista, privilegiando o progresso (o tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não pensado de uma tecnologia científica e política. Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade.

O urbanismo como modo de vida, numa cidade densa e permanente na mentalidade dos indivíduos urbanos (WIRTH, 1967), propõe aos usuários da cidade a constante abertura para modificar as temporalidades cronológicas, as simbologias e os códigos penetrantes da vida cotidiana. Os sujeitos não são preexistentes à modernidade da cidade, são eles carregadores e produtores dos sentidos dirigidos a ela.

O *tempo acidentado* que se refere Certeau (2014) e que lembra os *sistemas de instantes* de Bachelard na fabricação de mentalidades temporais urbanas no convívio dos sujeitos entre si, é o elemento do imprevisto no cotidiano, quando as práticas e os usos dos espaços e dos objetos se fazem enquanto mobilidade das prescrições morais e afetivas. Dessa maneira, “eliminar o imprevisto ou expulsá-lo do cálculo como acidente ilegítimo e perturbador da racionalidade, é interdizer a possibilidade de uma prática viva e mítica da cidade” (CERTEAU, 2014, p. 281). A cidade imaginária que discuto é a cidade narrada, representada e imaginada, além de ser temporalmente revisitada pelos usuários, espacialmente vivida pelos transeuntes e simbolicamente consagrada como estrutura das vivências urbanas modernas.

Nesse lócus de compreensão da sociedade urbana, as temporalidades que a cidade acrescenta às vidas cotidianas dos sujeitos, nos tempos imprevistos e nas normalizações convencionadas pelas práticas da tradição social, o distanciamento ambivalente da sociedade e do sujeito persiste na elaboração da análise empírica do encontro presencial entre dois ou mais usuários da urbe. Na visão de Strathern (2017, p. 194), “a ideia de sociedade como um todo além dos seres humanos (individuais) que a compõem nos levou a formular outra concretização: a ideia dos indivíduos como *membros*, de alguma forma, de uma sociedade”.

Antropologia urbana e etnografia

A ideia clássica de sociedade (SIMMEL, 2005; WIRTH, 1967) engloba os indivíduos em grupos que representam apenas os seus próprios entendimentos da coisa social, política e institucional. Problematizar o tema da cidade moderna requer ultrapassar a perspectiva redutora da sociedade e dos seus *membros*. Neste argumento, a etnografia possui eficácia de desordenar o pensamento para ordenar o sentido, baseada na pesquisa de campo e no processo de desvendar evidências simbólicas, buscar investigar o que é naturalmente dado na realidade social para privilegiar o oculto surtido nas relações. Isto posto, “o simbólico, foco privilegiado da descrição etnográfica, traz consigo o caráter absolutamente indissociável das dimensões empírica e filosófica da antropologia, ou da relação de internalidade entre dado e conceito na interpretação antropológica” (OLIVEIRA, 2018, p. 64).

Assim, “é em decorrência de algumas concepções antropológicas subjacentes que dizemos que o objetivo da existência é, de um lado, o desenvolvimento do indivíduo, a realização de si; ou, de outro, o progresso da sociedade, ainda que este implique o sacrifício de certas vantagens do indivíduo” (TODOROV, 2014, p. 205).

A alegoria etnográfica (CLIFFORD, 2016) é recorrentemente acordada nos estudos

antropológicos sobre cidade. Se pensarmos que os estudos de sociedades complexas, como os exemplos de Gluckman (2010) e Barnes (1987) já demonstraram, inventariaram imagens dos fenômenos culturais observados no campo, a etnografia e sua descrição densa desvelaram um sentido que, na observação-participante, não estavam presentes no contexto da situação social.

A tese principal de Clifford é de que a escrita antropológica tendeu a suprimir a dimensão dialógica do trabalho de campo, dando controle total do texto ao antropólogo. A maior parte da obra de Clifford tem se dedicado a mostrar maneiras pelas quais essa eliminação textual do dialógico pode ser reparada por novas formas de escrita. Isso o leva a ler modos de escrita experiencial e interpretativa como monológicos e ligados, em termos gerais, ao colonialismo. [...] Clifford afirma que os textos dialógicos são, afinal, textos, meras *representações* de diálogos. O antropólogo preserva sua autoridade como um sujeito que constitui e representa a cultura dominante. Os textos dialógicos podem ser tão encenados e controlados quanto os textos experienciais ou interpretativos. O modo não oferece quaisquer garantias textuais (RABINOW, 2016, pp. 337-338).

Pesquisas profundas como as de Severi (2017) – considerar a etnografia da tradução como uma chance para observar as dinâmicas dos processos do pensamento – e dos Comaroff (2010) – crítica ao pragmatismo metodológico e a positividade da etnografia histórica da temporalidade da materialidade – tem revelado um lado interdisciplinar na antropologia simbólica, onde dados colhidos e ressignificados são cruzados pelos pesquisadores, possibilitando a elaboração de uma etnografia alegórica. Como disse Clifford (1986) na introdução da primeira edição de *Writing Culture*, a etnografia é um exercício híbrido de escrita que mistura gêneros e campos epistemológicos. Pensar a realidade social através da etnografia é conceber o estilo de investigação da sociedade no bojo de semânticas de alteridade, e é sobretudo na alteridade que reside o interacionismo entre sujeitos.

Diante deste painel central, as etnografias urbanas têm o desafio da proximidade nas pesquisas de cidade, como indicado por Velho (2003). Mais do que isso, e talvez com apontamento objetivista acerca da antropologia na modernidade tardia, no tempo contemporâneo de criação de etnografias sobre o outro próximo, Ortnner (2016) propõe que o exercício da antropologia – seja qual for o âmbito de estudo – é potencializar as investigações empíricas no mundo polarizado, neoliberal, que intensifica os problemas sociais no período destacado da globalização.

Nesse cenário, a cidade oferece aos etnógrafos urbanos o lugar da complexidade, da fluidez, do pragmático e do remodelamento da tradição ressignificada em outros termos sociais. O desafio também será de adentrar em mundos simbólicos que a própria cidade-densa cria (VELHO, 2013), em espacialidades arquitetônicas e temporalidades criativas do outro (FABIAN, 2013), em espaços temporais estruturados em ordenamentos complexos de manutenção de códigos e símbolos alegóricos geridos em rituais de histórias culturais dos sujeitos (GELL, 2014), e em cerimônias cotidianas em pequenas escalas urbanas que elaboram um discurso mais abrangente sobre o urbanismo (HANNERZ, 2015).

Interacionismo simbólico e patrimônio cultural

Nesse cenário urbano e cultural, fabrica-se o elemento espaço-temporal do espaço

urbano patrimonial e do patrimônio alegórico. As ruas pensadas e imaginadas pelas pessoas, em suas interações cotidianas, são comumente versadas no modelamento, na confecção de ângulos, desenhos e cores dos espaços edificados ao redor (CHOAY, 2017). As palavras de Montoya Uriarte (2016), voltadas para um pensamento sobre o urbanismo criador de ritmos e eventos, mostram que as ruas do espaço urbano são criadas para a manutenção do pensamento simbólico, mas os seus usos e contra-usos (LEITE, 2002), como a modificação permanente de sua estrutura, acarretam em processos relevantes na interação entre usuários e espaços:

As ruas mais importantes nas cidades brasileiras – ruas direitas, como foram chamadas – eram aquelas que ligavam um monumento (geralmente religioso) a outro. [...] O que havia eram “largos”, isto é, alargamentos das estreitas vias, geralmente na parte frontal de igrejas, terrenos deixados livres para as procissões. [...] Algumas leituras que tentam entender e explicar esse particular panorama das ruas brasileiras: ruas sujas, pouco usadas no cotidiano, com usos mais sagrados do que mundanos, lugar de pobres, de gente mal considerada, onde havia mais alargamentos do que praças propriamente ditas (MONTROYA URIARTE, 2016, p. 33).

Desse ponto de análise, as relações sociais no contexto do urbanismo são fomentadas pela formação dos espaços arquitetônicos do lugar. Embora as práticas sociais não necessitem da intervenção imanente dos prédios, parques, monumentos, entre outros, a permanência temporal deles na vida cotidiana leva-os a serem partes secundárias das vivências sociais. Se colocar no centro de um espaço vazio um prédio, e em cada lado – portanto, quatro – pessoas distintas, é provável que se escondam, se encontrem, se interpelem.

Sua intervenção será sempre simbólica, imaterial e, conjuntamente aos fatores anteriores, afetiva; portanto, o espaço arquitetônico interfere individualmente em cada pessoa e em cada grupo social que está a praticar o espaço. No futuro, o patrimônio cultural edificado será contemplativo, e por ser histórico, será um espelho das pessoas e das histórias urbanas criadas nas sombras dos seus desenhos: “a observação e o tratamento seletivo dos bens patrimoniais já não contribuem para fundar uma identidade cultural assumida de forma dinâmica. Elas tenderiam a ser substituídas pela autocontemplação passiva e pelo culto de uma identidade genérica” (CHOAY, 2017, p. 240-241).

Apesar dos espaços arquitetônicos serem fruto de atividades de edificação da cidade, as pessoas são criadores e criaturas do seu valor simbólico, que é dirigido sob as ações e interações dos sujeitos no seu interior, e no exterior das suas formas edificadas. Dessa forma, indico sobre aquilo que é concreto, mas invisível, que nos cerca e nos surpreende no cotidiano da cidade, e como esta imanente presença não material das formas edificadas interfere nas interações entre os sujeitos.

Para Velho (2008, p. 147), a abordagem interacionista de Erving Goffman trata especificamente a vida social como um processo de negociação da realidade, sendo que “uma das marcas de Goffman, que o distingue de outros autores da chamada Escola de Chicago³, é essa visão como que trágica da interação, em que o risco de desencontro é mais enfatizado do que as possibilidades de sucesso da ação

3 Nomes como os de W. I. Thomas, R. Park, E. Burgess, como pioneiros, e L. Wirth e F. Whyte como os representantes da nova fase da Escola de Chicago nos de 1930, e mais a frente, nos anos de 1950, E. Goffman e H. Becker, somam à lista canônica da Antropologia Urbana voltada para estudos de cidades e dos seus espaços significativos.

coletiva”. Esta negociação pode ocorrer por meio de desencontros/desencontros entre atores sociais, gerando riscos interacionais que na visão de Goffman (1985) carregam significações simbólicas. Os riscos interacionais são, no âmbito da cidade, uma oportunidade de realizar leituras não normatizadas das relações sociais.

O interesse de Goffman (2010) pela interação social é sobre as possíveis interpretações da coisa social em suas dimensões simbólicas, políticas e de poder. Para ele, é necessário compreender “como uma pessoa lida com si mesma e com os outros durante (e por causa de) sua presença física imediata entre eles; estará envolvida o que se chama de interação face a face ou imediata” (GOFFMAN, 2010, p. 18). Existe aí uma diferenciação entre as representações em espaços cênicos públicos e privados: os manuais de etiqueta são as normas sociais que regem as condutas e os códigos nos espaços de representação públicos, diferenciando-os dos espaços de representação privados que acometem em outros referenciais de condicionamento dos sujeitos em seus papéis identitários.

Cada indivíduo é um guarda-roupa de personagens que a ele se ajustam, mas não de forma aleatória, pois cada indivíduo se move no interior de um espectro identitário, de uma auréola indiscernível de sentido que somente as circunstâncias conseguem evidenciar. Ele nunca acessa ao conjunto de seus personagens; só tem uma vida e não as inúmeras que teria podido viver (LE BRETON, 2018, pp. 197-198).

Em uma ocasião social, em ambientes públicos e abertos⁴, as interações ocorrem em níveis complexos de obediência social, de etiquetas programadas dos comportamentos sociais. Em casos ainda mais complexos, como aquele descrito por Velho (2013) nas vias públicas de Copacabana no fim da década de 1970, os *ajuntamentos* sustentam interações que incorrem em etiquetas sociais inéditas, que são criadas pela situação social daquele momento. Após o fato, a etiqueta social se dilui em outros procedimentos comportamentais.

Dessa forma, para Hannerz (2015, pp. 221-222),

O interesse de Goffman está em detalhar as maneiras pelas quais as pessoas, estejam ou não plenamente conscientes disso, lutam para apresentar um quadro de si mesmas que lhes é vantajoso e ao mesmo tempo crível para os outros que [...] sentem que eles foram capazes de formar sua própria opinião da evidência.

Os comportamentos em espaços públicos são diferentes dos comportamentos em espaços privados, como a casa e o apartamento, que mantêm uma significância simbólica no atributo das imagens afetivas dos espaços de pertencimento historicamente vinculados às biografias dos sujeitos. Nos espaços públicos os sujeitos gerenciam seus movimentos, representam papéis múltiplos que são dinâmicos nos diversos contextos de existência.

O *idioma do corpo* (GOFFMAN, 2010) é reconstruído exemplarmente nos espaços privados, quando, ao adentrar a casa, a despreocupação física – o autor chamará de

4 Abertos no sentido literal, pois mesmo espaços de representação públicos são gerenciados por diferentes lógicas de poder: social, dos usuários dos espaços; políticos, das políticas urbanas; institucionais, da atuação dos agentes do Estado; estéticos, das práticas de expressão artísticas.

liberações animais – e os rostos institucionais são tornados secundários, admitindo posições mais amenas. No espaço público se criam *escudos de envolvimentos* para não precisar interagir com outras pessoas: lê-se livros, coloca-se óculos de sol, ajusta-se o corpo no banco da praça para bloquear a aproximação do outro.

A libertação do olhar dos outros que gravitam na esfera dos conhecimentos habituais relaxa as imposições próprias à vida corrente onde é difícil demitir-se de sua posição social, de suas relações de amizade ou vizinhança, dos laços familiares, de uma história indesejável. [...] Diante dos desconhecidos, ele não necessita mais manter o personagem que normalmente representa na vida cotidiana, ele se coloca fora da vida social, redefinindo assim suas funções (LE BRETON, 2018, p. 168).

Logo, mesmo os mal-entendidos são noções identificáveis da realidade social na interação simbólica. Como bem disse Bourdieu (2009), o mundo não é um absurdo, mas é estruturado, com ações simbólicas dentro de uma ordem social. Inclusive as atuações dos personagens sociais são estruturadas socialmente, reflexo das camadas sociais, das práticas culturais, formando o *habitus* como práticas geradas historicamente, figura de ligação entre o individual e o coletivo.

Contudo, é preciso estar atento ao pensamento científico sobre as formas de estruturação da vida social, da atuação e da representação de personagens sociais, pois eles precisam estar bem definidos na contemporaneidade. Não podemos cair em evidências que, à primeira vista, sobrepujam as compreensões da realidade. A descrição da experiência de Gilberto Velho é um exemplo dessa abordagem de situar os saberes localizados (HARAWAY, 1995), que não apenas mostrem situações que desafiam as tipologias totalizadoras, como também orientam os antropólogos(as) para definir um campo de pesquisa contextualizado (FONSECA, 1999).

Mesmo no lugar da cidade, com a força do fenômeno do urbanismo, é necessário inserir as situações sociais e os atores que deles participam na localidade e no tempo em que acontecem – daí a intervenção quase sonhadora dos prédios, casas, materialidades urbanas do cotidiano dos sujeitos que estão na metrópole.

Considerações finais

A cidade proporciona condicionáveis códigos de interação entre os sujeitos, com seus espaços abertos e fechados, públicos e privados. Nos espaços públicos existe o interacionismo simbólico, em lugares como parques e ruas, onde os encontros e desencontros são significativos para destilar a ideia de que a urbanização, em sua complexidade e dinamicidade, é uma outra margem para a macroantropologia dos fluxos e dos híbridos que indica Hannerz (1997). Nos espaços privados as representações são acobertadas pelas paredes do íntimo, que escondem, pelo menos objetivamente no olhares das pessoas de fora, os hábitos e costumes guardados. Em ambos os casos, existe o imperativo do espaço urbano, dentro ou fora, no público ou no privado, a cidade invade as mentalidades imaginárias, fomentando sentidos simbólicos canalizados nas práticas e nos gestos culturais.

A cidade imaginária que é imaginada, inventada e reificada pelas práticas cotidianas, traz para o plano das interações as representações dos personagens sociais, como se a sociedade fosse um palco para a enunciação. Nesse aspecto, temos o patrimônio urbano e cultural da metrópole, com seu poder simbólico que incide nos sujeitos: os espaços arquiteturais, enfim, consagram a atualização interacionais dos

sujeitos e dos grupos. Casos do tipo são facilmente vistos nas cidades brasileiras: o Pelourinho, em Salvador; a avenida Paulista, em São Paulo; a Ribeira, em Natal; a praça da Liberdade, em Belo Horizonte. As igrejas ecumênicas, os prédios antigos, as ruas da época da colonização, e a praça como marco histórico, respectivamente, impactam simbolicamente nas vidas e nas relações sociais dos sujeitos.

Referências bibliográficas

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BARNES, John. “Redes sociais e processo político”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987, pp. 159-194.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Vol. 2: obras escolhidas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHOAY, Francis. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2017.

CLIFFORD, J. Levy. Sobre a alegoria etnográfica. In: CLIFFORD, J. Levy; MARCUS, George. (Orgs.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016, pp. 151-181.

CLIFFORD, J. Levy. Introduction: Partial Truths. In: CLIFFORD, J. Levy; MARCUS, George. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

COMARROF, Jon; COMARROF, Jean. Etnografia e imaginação histórica. *Revista Proa*, vol. 1, n. 2, 2010.

COSTA, Wendell Marcel Alves da. Lembranças viajantes de espaços poéticos urbanos. *Fotocronografias*, vol. 4, n. 8, pp. 128-141, 2019a.

COSTA, Wendell Marcel Alves da. Contar e praticar: percursos urbanos no Recife/PE. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 218, set./out., 2019b.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FABIAN, Johannes. *O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, 1999.

GELL, Alfred. *A antropologia do tempo: construções culturais de mapas e imagens*

temporais. Petrópolis: Vozes, 2014.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia Moderna. In: FELDMANN-BIANCO, Bela. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 2010, pp. 237-365.

GOFFMAN, Ervin. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Ervin. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, 3 (1), pp. 7-39, 1997.

HARAWAY, David. Sabres localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, pp. 7-41, 1995.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LE BRETON, David. *Desaparecer de si: uma tentação contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2018.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, junho, 2002.

MONTOYA URIARTE, Urpi. Rua e ruas: imagens, leituras e etnografias. In: MONTOYA URIARTE, Urpi; MACIEL, Maria Eunice(Orgs.). *Patrimônio, cidades e memória social*. Salvador: EDUFBA: ABA, 2016, pp. 27-51.

OLIVEIRA, Luis R. Cardoso. Concretude simbólica e descrição etnográfica: sobre a relação entre antropologia e filosofia. In: *Desvendando evidências simbólicas: compreensão e conteúdo emancipatório da antropologia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018, pp. 63-90.

ORTNER, Sherry. Dark anthropology and its others. Theory since the eighties. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 6, (1): 47-73, 2016.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. A cidade na perspectiva durkhemiana: Notas sobre a modernidade e morfologia social. *Sociabilidades urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 1, n. 2, p. 137-150, julho de 2017.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. As cidades na perspectiva do materialismo histórico: Marx, Engels e as cidades industriais. *Sociabilidades urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 2, n. 4, p. 35-50, março de 2018a.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Um breve comentário sobre a Sociologia urbana de Max Weber. *Sociabilidades urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 2, n. 5, p. 39-54, julho de 2018b.

RABINOW, Paul. As representações são fatos sociais: modernidade e pós-

modernidade na antropologia. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George(Orgs.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016, pp. 322-358.

SEVERI, Carlo. Seres Transmutantes: uma proposta para uma antropologia do pensamento. *Ilha – Revista de Antropologia*, vol. 19, n. 1, 2017.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, pp. 191-200.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: ensaio de antropologia geral*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIRKarina. (Orgs.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, pp. 11-19.

VELHO, Gilberto. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 68, outubro de 2008.

VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedades complexas”. In: *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, pp. 110-124.

WILLIAMS, Raymond. Percepções metropolitanas e a emergência do modernismo. In: WILLIAMS, Raymond. *Política do modernismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 9-26.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967, pp. 89-112.